

Dandara: ocupação rururbana

“Enquanto o campo e a cidade se unir, Dandara irá resistir”

1. LOCALIZAÇÃO



A ocupação Dandara é uma experiência que conjuga a luta popular pela moradia digna e o direito à produção e alimentação saudável nos grandes centros urbanos. Ela se iniciou em abril de 2009 na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. As coordenadas de acordo com o gerente de mapas Google Earth: -19.829707, -44.009732.

Minas Gerais está localizada no sudeste do Brasil, uma das regiões mais antigas e populosas do país. A história do Estado é marcada pela extração de ouro e de metais preciosos, pelas grandes fazendas de leite e café, pela longa duração da escravidão e também por importantes revoltas e insurgências independentistas como a luta dos quilombos e a inconfidência mineira. A ocupação Dandara é herdeira dessa história de luta pela liberdade do nosso povo que, nesse caso, se conecta diretamente ao acesso à terra, sistematicamente negado à população negra e pobre.

A capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, é uma cidade relativamente recente, fundada em 1897 foi planejada para ser o centro político e econômico do Estado. Teve o crescimento urbano acelerado e desordenado, sobretudo a partir da década de 30 quando se intensifica a expulsão das famílias camponesas do meio rural. Desenhada desde o princípio para segregar os pobres e negros para a periferia da cidade a partir de políticas remocionistas e do alto preço da terra, Belo Horizonte não acolheu os trabalhadores pobres que chegavam do campo. Morar na cidade era um privilégio das elites, classes médias e dos funcionários da burocracia estatal.

Os moradores de Dandara, assim como dezenas de famílias que lutam pela terra urbana costumam, dizer que quanto morar é um privilégio, ocupar torna-se um direito. De fato,

coube aos pobres ocuparem terras de menor interesse nas periferias das cidades, onde autoconstruíam suas casas conforme suas possibilidades e necessidades.

Em Belo Horizonte cerca de um quinto da população vive em vilas e favelas sem o título de propriedade da terra. Muitas dessas casas carregam elementos das formas de vida no campo como o cultivo de ervas medicinais, o plantio de hortaliças, as relações de compadrio e ajuda-mútua. Dandara é parte dessa longa tradição de resistência nos centros urbanos pelo fim da segregação e espoliação urbanas e pelo acesso aos direitos sociais, à terra e à uma alimentação saudável nas cidades.

2. CLASSIFICAÇÃO DO CASO

No dia 09 de abril de 2009 a ocupação Dandara surgiu como uma ação coletiva das Brigadas Populares, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e do Fórum de Moradia do Barreiro, que organizaram junto a um grupo de 150 famílias uma proposta de ocupação rururbana, que articulasse as dimensões da moradia e da agricultura urbana e periurbana.

O projeto inicial de ocupação, que foi pensado e planejado durante o ano que antecedeu a tomada da terra, visava construir um grande cinturão agrícola na Dandara conjugado com casas de cento e cinquenta famílias. O projeto articulava movimentos e pautas da reforma urbana e da reforma agrária e o lema da ocupação foi definido como “Enquanto o campo e a cidade se unir, Dandara irá resistir”. Com a chegada de cerca de mil famílias para a ocupação em momentos de grande dificuldade, quando as pessoas viviam debaixo de lonas ante a ameaça de despejo pela Polícia Militar, o projeto teve que ser modificado para se adequar à realidade de mais famílias. Hoje o plano de ocupação valoriza as práticas de agriculturas urbanas e periurbanas como atividades fundacionais para a composição social, econômica, cultural e ambiental da comunidade, tendo em conta a quantidade de famílias, as aspirações e relações com o espaço da moradia e produção que estas estabelecem, a construção de espaços coletivos, a vegetação local, os aspectos hidrogeológicos do terreno.

A luta da ocupação Dandara se deu em torno do acesso à terra, à legitimidade da ocupação, à construção de laços sociais e à apropriação coletiva do espaço como fator central no processo de implementação da Agricultura Urbana e Periurbana –tanto na escala de hortas nos quintais das residências, ao cultivo de diferentes alimentos em áreas de uso e acesso comunitário. Hoje a comunidade é absolutamente consolidada e reconhecida pela cidade e luta pela titulação definitiva da terra e pelas políticas públicas que garantam a efetivação desse projeto coletivo.

3. CARACTERÍSTICAS CULTURAIS E DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO

Dandara é uma comunidade composta por cerca de mil e duzentas famílias, que antes da ocupação viviam de favor ou tinham que suportar uma carga excessiva do preço do aluguel e não possuíam condições de adquirir terra ou uma moradia digna através do mercado ou de políticas do Estado. Além de enfrentarem o problema da falta de moradia essas pessoas também tinham vários direitos sociais básicos negados, entre eles o direito à alimentação saudável.

A grande maioria da população na ocupação é negra, de baixa renda e trabalha fora da comunidade em atividades precarizadas de serviços e cuidado, comércio informal, construção civil e outros. Grande parte das famílias da comunidade são chefiadas por mulheres e são elas as protagonistas no processo de organização social e política da comunidade.

O nome da ocupação homenageia a luta de Dandara, uma liderança do Quilombo dos Palmares, que remonta a história de luta pela libertação da escravidão do povo negro e a luta das mulheres no Brasil. Tendo abrigado mais de 20.000 pessoas Palmares foi organizado no final do século XVI e é considerado o maior e mais duradouro Quilombo das Américas tendo resistido por quase cem anos aos ataques de bandeirantes e colonizadores. Como explica Simone, uma das moradoras da comunidade: “Dandara. Porque ela foi uma mulher guerreira que também lutava por terra e liberdade igual a nós”.

A Comunidade Dandara se construiu e organizou de maneira autônoma ao Estado. O desenvolvimento comunitário envolveu os moradores na construção das ruas, das casas, dos sistemas de luz e água, das áreas coletivas como parques, centro comunitário, centro ecumênico, creche e hortas comunitárias. Fato interessante é que as ruas tem nomes de grandes lutadores como Zumbi dos Palmares, Chico Mendes e Martin Luter King e também de personagens comuns que também constroem a história como Maria Diarista e Pedro Pedreiro.

A organização interna também se consolidou ao longo do tempo. Os espaços de democracia interna servem para a organização, mobilização, resolução de problemas e conflitos, discussão de temas e deliberação entre todos os moradores. A estrutura criada inicialmente, e que segue existindo atualmente, divide a comunidade em nove grupos territoriais, que se reúnem semanalmente para tratar de questões individuais e coletivas. Nesses espaços as pessoas discutem os rumos da comunidade e suas lutas, bem como deliberam sobre problemas com a água, energia elétrica, acesso à saúde e educação e relação entre vizinhos.

Os habitantes de Dandara hoje tem uma condição de vida mais digna, em comunidade, embora muitos dos seus direitos sigam sendo negados. Vistas pelo Estado como espaços de existência transitória, a espera de uma ação de despejo, as ocupações não podem contar com o poder público para o provimento do acesso à água, luz, esgoto, asfaltamento ou coleta de lixo. Tudo tem que ser provido e organizado pela própria comunidade.

Os moradores das ocupações não possuem código postal e, portanto, formalmente vivem “em lugar nenhum”. Os demais direitos de cidadania, como direito à educação e à saúde, são conquistados apenas através de muita luta, por meio da realização de audiências públicas e manifestações. O acesso das crianças à escola só foi possível após várias reuniões dos coordenadores e dos coletivos com o poder público e as escolas da região. Na área da saúde, várias audiências públicas foram convocadas para que as ambulâncias atendessem a comunidade. Para que o município aceitasse receber as pessoas nos postos de saúde, muitas negociações tiveram que ser feitas. A solução encontrada é precária: optou-se por sobrecarregar os postos de saúde da região ao invés de ampliar a sua capacidade de atendimento.

Não ter um endereço, ou ter um endereço vinculado a uma ocupação, vista pela sociedade como “invasão ilegal”, gera transtornos diversos na vida das pessoas. Por não possuírem código postal elas têm problemas para conseguirem trabalho, para abrirem contas em bancos, para terem acesso às políticas públicas, entre outros. Por serem moradores da “cidade ilegal” elas são associadas imediatamente a um *status* social inferior, o que condiciona a sua relação com o resto da cidade, reforçando as desigualdades.

Apesar das dificuldades o acesso à terra para a moradia e plantio e o acesso à vida comunitária gera transformações profundas na vida do povo. Um exemplo nesse sentido é a história de Ângela.

Antes de vir para a Dandara, ela conta que vivia deprimida e solitária, já foi despejada, teve que pagar aluguel e viver de favor. Dentro da ocupação começou a se envolver com a luta política por moradia, fez muitos amigos e entrou para a coordenação de um dos grupos da comunidade. Ela conta que na comunidade sente que está resgatando tudo aquilo que lhe tiraram. Não se trata de recuperar as perdas materiais, ela explica, mas de recuperar a sua dignidade e poder ser solidária com os outros que também precisam de moradia, lutando para que eles nunca tenham que passar por uma situação semelhante.

Hoje a sua casa acolhe a todos. As relações de vizinhança se materializam no espaço de moradia onde os laços de amizade e ajuda mútua ensinam o contrário do individualismo e da indiferença que permeia nossas cidades hoje. A casa de Ângela foi construída aos poucos como parte de um sonho: “A minha casa significa vitória. Aqui eu posso plantar o que eu quiser. Além de resgatar a minha dignidade, eu resgatei os meus sonhos”.

Hoje a comunidade já é reconhecida nos mapas de Belo Horizonte como um bairro de moradia popular. Os moradores conquistaram recentemente a instalação de serviços urbanos básicos e a urbanização da área de acordo com o plano diretor construído pelos próprios moradores. No entanto, a comunidade ainda não tem o título de posse da terra e ainda existe um processo de reintegração de posse em julgamento. Mas esses entraves devem ser eliminados na medida em o Estado de Minas Gerais desapropriou a área no dia 20 de abril para fins de interesse social – Decreto 196 de 2016.

4. HISTÓRIA DA DEMANDA E ESTRATÉGIA DE ACESSO

Dandara nasceu do encontro de sonhos ousados. Do sonho dos militantes das Brigadas Populares em construir uma ocupação diferente, que pudesse gerar uma experiência que encantasse, que servisse de exemplo para repensar a cidade; do sonho do MST em unir o campo e a cidade, desfazendo as fronteiras que geram um distanciamento entre as lutas por terra em todo o Brasil; e dos sonhos de centenas de famílias em ter uma terra para construir sua moradia, para plantar, criar seus filhos e construir uma comunidade diferente para viverem.

Um ano antes de ser levantado o acampamento, a ocupação começou a ser discutida em reuniões entre os militantes das Brigadas e do MST que desejavam fazer uma luta conjunta articulando as pautas da reforma urbana e da reforma agrária. O MST trouxe para o debate

um modelo de ocupação rurubana, que estava sendo construído em outros lugares com o nome de “Comuna de Terra”.

A proposta rurubana traz dimensões da ruralidade e da urbanidade articuladas na esfera do trabalho e da produção. Desta forma, ela possibilita a superação das limitações dos modelos clássicos de ocupação. Como explica Joviano Mayer, militante das Brigadas Populares, “os assentamentos rurais, onde a família tem que morar dentro do assentamento e cultivar a terra, se chocam um pouco com a realidade nacional cada vez mais urbana”. Por sua vez, nas experiências de ocupação urbana realizadas em Belo Horizonte as dimensões do trabalho e da produção não estavam articuladas no território e as famílias tinham que passar a maior parte do tempo fora da ocupação, o que dificulta a criação de laços mais fortes de cooperação e solidariedade na comunidade.

Idealizada a ocupação, os militantes de ambas as organizações começaram a procurar um terreno ocioso, ilegítimo e suficientemente grande na área periurbana da cidade e a organizar os núcleos de formação política com as famílias interessadas no projeto. Os núcleos de formação política e preparação para a ocupação são uma etapa importante de todo o processo. Nesses encontros, há uma formação mínima sobre o direito à cidade e a organização das ocupações e, além disso, são momentos onde as famílias entram em contato umas com as outras. Na realização da Ocupação Dandara, as reuniões com as famílias duraram cerca de três meses e conjugaram oficinas sobre as dinâmicas das cidades, oficinas de agroecologia e discussões sobre os assentamentos do campo.

Após o planejamento da ocupação e a preparação das famílias o imenso “latifúndio urbano” foi ocupado na Semana Santa, dia 09 de abril de 2009. Logo no primeiro dia a Polícia Militar e sua tropa de choque chegaram fortemente equipadas para retirar as pessoas da área, amedrontando os moradores com cachorros, helicópteros, cavalaria, bombas de gás lacrimogêneo e mais de 200 homens.

“Quando foi sete horas, eu me senti num campo de concentração”, relembra Wagna, moradora que veio para a ocupação logo nas primeiras horas. “Dandara nasceu no dia 09 de abril de 2009. Nós começamos com uma recepção de polícia e spray de pimenta, era tudo o que a gente tinha direito na época. Tinha direito não! Nos forçaram a ter.” (Ângela).

Os barracos de lona dos moradores foram postos lado a lado no centro do terreno e aqueles que eram amigos, usavam a mesma lona para separar as paredes. Depois, quando o cerco policial aumentou, as famílias construíram uma única barraca. Os moradores estavam em estado de terror. Apesar das investidas pesadas da polícia, os moradores conseguiram resistir naquela noite após negociações com a polícia.

Nos três dias seguintes, a polícia isolou a área, ninguém entrava e ninguém saía com nada. Entretanto, na medida em que o conflito começou a ser noticiado nos jornais, um número enorme de pessoas chegou à ocupação para se integrar à resistência em busca de um terreno para construir suas casas.

Nas primeiras semanas de resistência, as Brigadas e o MST chegaram a cadastrar 1.086 famílias que tinham interesse em ocupar o terreno que, embora fosse localizado no limite de municípios, estava bem inserido na cidade de Belo Horizonte, em uma zona densa e

dotada de infraestrutura. Nesse momento, o projeto rururbano inicial, que previa lotes consideravelmente grandes para a plantação, ia sendo descartado diante da necessidade das famílias e da resistência.

Os moradores contam que era muito difícil viver na ocupação nessa época. A pouca comida era partilhada por todos, a água potável vinha em caminhões pipa e não era suficiente, as pessoas tomavam banho em um córrego da comunidade tendo que andar por trilhas no mato, com medo dos bichos peçonhentos. À noite, a comunidade era iluminada por velas, as pessoas dormiam nas barracas e os moradores se dividiam para fazer as rondas de segurança, protegendo a comunidade.

Passada a ameaça de despejo inicial, as Brigadas Populares e os advogados apoiadores conseguiram suspender a primeira liminar de reintegração de posse. Entretanto, a polícia não aliviou o cerco à comunidade à ocupação. Durante muitos meses, as viaturas da polícia cercavam todas as entradas e faziam ronda 24 horas, afugentando os moradores e entrando em confronto quando estes tentavam entrar na comunidade com materiais de construção.

Fabiana, filha da Baiana, conta que apanhou da polícia três vezes. A sua irmã levou tiro bala de borracha na perna. Valentes e indignadas, Baiana e suas filhas sempre iam à frente de todos quando ocorriam confrontos com a polícia. Além da violência física e psicológica que sofriam todos os dias, os moradores da ocupação enfrentavam o preconceito da vizinhança, dos meios de comunicação e do poder público, que os acusavam de invasores e ladrões de terra. Muitos contam que os armazéns da região não queriam lhes vender material de construção e em todos os lugares que iam as pessoas os tratavam com desrespeito.

Apesar de todas as dificuldades e de todo o sofrimento que enfrentaram para resistir e erguer a comunidade, os moradores gostavam muito do clima de união e solidariedade que iam construindo através da luta. Pessoas desconhecidas dividiam a comida, a casa, e ajudavam a construir as barracas umas das outras.

“Primeiramente o Dandara teve foi o Amor. O grupo se uniu e começou a ajudar uns aos outros a levantar uma barraca, a cuidar dos filhos uns dos outros, buscar o alimento para o vizinho. Era um dando um cobertor, um colchão, um café, uma bolacha para o seu filho. A primeira coisa que surgiu aqui no Dandara foi o Amor.” (Elaine).

Foram nesses períodos iniciais de encontro entre pessoas desconhecidas, que começaram a surgir o espírito de comunidade e a organização territorial, política e comunitária. Todas as semanas os moradores se reuniam em assembleias para decidir sobre os problemas e as questões de organização da Comunidade. Foram nelas que as pessoas ergueram as mãos para votar o regulamento interno da comunidade e para decidirem quem seriam os coordenadores, um homem e uma mulher para cada um dos nove grupos formados.

A ocupação do terreno foi feita com base em um planejamento participativo e em acordos coletivos escritos no regulamento interno da comunidade. Os acordos coletivos criados se baseiam em critérios de igualdade, de construção de uma vivência comunitária harmônica,

da necessidade da mobilização social e de construção de uma justiça urbana, que passa pela desmercantilização da terra e do direito social à moradia.

O planejamento urbanístico da Comunidade foi construído junto com os moradores. Thiago Castelo Branco, na época estudante de arquitetura e urbanismo da PUC Minas, ia todos os dias à comunidade para discutir o projeto e os aspectos técnicos da comunidade com as famílias. A partir de discussões coletivas entre organizadores da ocupação, apoiadores e moradores se tomaram decisões sobre os critérios para estabelecer o tamanho dos lotes individuais, bem como para delimitá-los; a demarcação das áreas destinadas à construção de equipamentos coletivos e a escolha de quais são esses equipamentos; a preservação de áreas ambientais; a possibilidade de vender ou não os lotes; etc.

Depois que o projeto urbanístico ficou pronto e os lotes individuais foram divididos, os moradores esperavam ansiosos pelo dia em que ocupariam todo o terreno, tomando posse do seu pedacinho de terra. Mas ainda tiveram que esperar um pouco, pois a polícia cercava a comunidade impedindo qualquer um que fosse de construir fora da área delimitada.

Quatro meses depois o dia da ocupação de todo o terreno chegou. Segundo a maior parte dos moradores, “o dia da “grande descida” foi o momento mais feliz e mais bonito de toda a história da Comunidade Dandara. As pessoas desceram com fitas e santos, símbolos que representavam os seus grupos, cantando, tocando violão, beijando a terra, eufóricos de alegria, abraçando umas as outras. Naquele momento, os moradores da Dandara davam o primeiro passo para a realização de seus sonhos.

Aos poucos, a comunidade foi se erguendo e os sonhos foram se transformando em realidade. A organização interna e territorial se consolidaram, as casas de alvenaria predominavam na paisagem e os primeiros equipamentos coletivos foram construídos. Como explicou Joviano Mayer:

“(..) quando começa, a gente chama de ocupação, acampamento. Quando a ocupação começa a se consolidar, suas ruas começam a ser demarcadas, respeitadas, as casas construídas, os equipamentos coletivos, quando tudo isso começa a ser uma realidade, entendemos que passa a ser comunidade.” (COUTINHO, 2010, p. 15).

Embora a ocupação tenha se consolidado como uma comunidade, a incerteza do despejo seguiu atormentando os moradores. Muitos desistiram da luta nos momentos de maior tensão e conflito. Até hoje, em períodos de maior estabilidade, com a liminar de reintegração de posse suspensa, muitos relatam não conseguirem dormir tranquilos pensando que alguém pode um dia tirar deles tudo o que conquistaram.

A mobilização social, os protestos e a luta pela moradia sempre fizeram parte do cotidiano da Comunidade Dandara. Ao longo de sua existência foram realizadas várias manifestações no centro das cidades; cinco grandes marchas a pé dos moradores em direção ao centro da cidade; e dois acampamentos, um na praça 7 de Setembro, que durou

uma semana, e outro que durou quatro dias na frente da Prefeitura, para pressionar o Município a desapropriar o lote e não realizar o despejo.

A Comunidade Dandara ganhou visibilidade local, nacional e global aparecendo em emissoras de televisão e jornais impressos como o Le Monde Diplomatique Brasil, Carta Capital, jornal Estado de São Paulo, O Globo e outros. Quando sujeita à uma liminar de reintegração de posse, cerca de três mil pessoas deram as mãos ao redor do perímetro da comunidade em um abraço solidário. Nesse mesmo período, a comunidade foi abraçada virtualmente por uma campanha internacional de solidariedade. A Dandara já foi palco de gravação de concertos musicais e já foi cenário de documentários. São rotineiramente realizadas visitas de estudantes, pesquisadores, artistas e ativistas na comunidade.

A Comunidade Dandara dá para toda a cidade uma lição de organização, coletividade e democracia, que tornou possível o planejamento “de baixo para cima” de um espaço urbano permeado de significados para os moradores que se envolvem na construção desse sonho.

Linha do Tempo

2008 - MST e Brigadas Populares planejam uma ocupação “rururbana”.

2009 – Ocupação de um grande “latifúndio urbano”.

2010 – O Vereador Adriano Ventura apresenta Projeto de Lei (1.271/2010) na Câmara Municipal de Belo Horizonte com o intuito de que a comunidade seja desapropriada para fins de interesse social.

2010 – Moradores, apoiadores e militantes da Comunidade Dandara dormem uma semana na Praça 7 em Belo Horizonte reivindicando uma reunião com o governador do Estado.

2011 – A banda Graveola e o Lixo Polifônico faz uma apresentação na comunidade Dandara marcando o apoio de setores da cultura à ocupação.

2012 – Tentativa frustrada de negociação com a 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

2013 – Acontece a 5ª Grande Marcha em direção ao centro da cidade de Belo Horizonte em dia de julgamento de recurso no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O recurso foi favorável à comunidade!

2014 – A Comunidade Dandara faz 05 anos de vida e comemora com grande festa.

2015 – A comunidade Dandara conquista por via do Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte a Elaboração de Plano de Regularização Urbanística – PRU.

2016 – Governo do Estado de Minas Gerais desapropria para fins de interesse social a comunidade Dandara.

5. ASPECTOS LEGAIS DE CONTROLE E ACESSO À TERRA

As ocupações urbanas existem enquanto formas de luta pela desmercantilização da terra e da moradia. Elas questionam a propriedade privada improdutiva e o mercado imobiliário, reivindicando a moradia enquanto direito e não mercadoria.

A ocupação do terreno de 315.000 m², no Bairro Céu Azul em 2009 deu origem a um conflito fundiário urbano de grandes proporções que iria tensionar toda a justiça mineira nos anos seguintes: o conflito da Comunidade Dandara com a Construtora Modelo, o Estado de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, os setores conservadores do Estado, do Sistema de Justiça, da Mídia e da Sociedade Civil.

Os processos judiciais que envolvem a Comunidade Dandara adquiriram grandes dimensões e complexidades: o processo de reintegração de posse corre nas Varas Civil e Fazendária; a liminar de reintegração de posse já foi decretada e suspensa três vezes pela interposição de recursos, mandado de segurança e Ação Civil Pública; um conflito de atribuição foi gerados no Ministério Público Estadual; e até mesmo projetos de lei para a desapropriação da área foram mobilizados na Câmara dos Vereadores.

Observa-se no caso da Comunidade Dandara que uma atuação qualificada de advogados populares foi imprescindível para elevar os termos da disputa e aproximar o Judiciário da discussão sobre o futuro das famílias. Entre as idas e vindas do processo, o Judiciário mineiro se polarizava cada vez mais. De um lado, estavam aqueles que se atinham a uma leitura mais dogmática das normas do código civil, atendo-se à verificação da existência ou não de posse e propriedade do imóvel. Outros contrapunham o direito de propriedade a outros direitos e princípios também constitucionais como o direito à moradia, o direito de resistência, o princípio da função social da propriedade e o princípio da dignidade humana. No caso destes não se tratou de assumir uma postura de irrestrita defesa da ocupação, mas sim de interpretar o processo de forma a tomar em conta complexidade do conflito.

Hoje a posse da área é discutida e duas ações judiciais que correm de forma conexa na justiça, a ação de reintegração de posse movida pela Construtora Modelo e uma Ação Civil Pública (ACP) movida pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

A ACP, de caráter claramente progressista, tensiona o direito de propriedade ao extremo por meio de diversos instrumentos como a Constituição Federal, a legislação supranacional e o Estatuto das Cidades. A propriedade é atacada por todos os lados. É tensionada pelo direito ambiental, pelo princípio da função social da propriedade, pelo direito à moradia, relacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana, pelo direito de resistência e participação nas cidades, pela supremacia do interesse público sobre o interesse privado, etc. Além do mais, ela requisita o reconhecimento da Comunidade Dandara como Zona Especial de Interesse Social para fins de moradia; pede a integração das famílias em projetos urbanos de inclusão social que os garantam água, saneamento básico e luz, saúde, educação, etc.

As ocupações urbanas e, em especial a Comunidade Dandara, conseguiram mobilizar estratégias eficazes de vizibilização do conflito para toda a cidade e, com isso, politizaram o conflito jurídico de forma a evitar as soluções judiciais que, com a pretensão da neutralidade, quase sempre decidem a favor dos formais proprietários das áreas ocupadas. Ao politizarem o direito e ao se fazerem visíveis para amplos setores da sociedade, colocam-no direito sobre tensão, o interpelam a decidir de que lado está: da manutenção da ordem social ou da promoção da real e efetiva justiça social?

6. AVANÇOS NA GESTÃO DA TERRA E DO TERRITÓRIO

Uma caminhada pela Comunidade Dandara revela ao visitante uma paisagem de casas autoconstruídas, centros comunitários, ruas de terra, vários espaços verdes; hortas que por todo lado florescem, e rostos humanos que resistem à exclusão e negação de direitos e à uma racionalidade inflexível de planejamento e controle do território da cidade.

O projeto de ocupação da área, construído junto com os moradores, teve a preocupação de se adequar as diretrizes urbanísticas municipais para a área e de manter áreas de proteção ambiental. Os moradores da comunidade explicam que não querem que Dandara se transforme em uma favela, com becos, áreas de risco e ocupação desordenada, por isso é tão importante prezar pelos acordos coletivos no que se refere à ocupação do espaço. Foram previstos loteamentos coletivos específicos para a preservação da vegetação local, recuperação das matas e cultivo de árvores de frutas do cerrado; loteamentos para as hortas comunitárias; para infraestrutura e equipamentos da comunidade como o centro ecumênico, o centro comunitário e as creches. Além disso, as glebas individuais de 128m² cada, permitem a conciliação do espaço da casa, com o cultivo de árvores de frutas e pequenas hortas nos terrenos das casas.

As hortas cultivadas em diferentes espaços do terreno significam um espaço produtivo que não está separado da concepção sobre o espaço de moradia e ao acesso à vida digna. Atualmente existem dois grandes espaços de hortas de uso coletivo, destinadas ao abastecimento de produtos hortícolas e plantas medicinais para a comunidade, com produção quantitativamente e qualitativamente significativa, além de pequenas hortas coletivas cultivadas em espaços ao redor de todo o terreno.

Destacam-se, sobretudo, as hortas individuais cultivadas nos quintais de praticamente todas as casas da comunidade. Tal observação revela que existe uma preferência por um modelo de produção centrada no núcleo familiar e que a concepção de moradia constituída na comunidade tem um caráter multifuncional, abrangendo, entre outras dimensões, a produção agrícola de pequena escala. Além da produção de gêneros hortícolas mencionados, são cultivadas espécies de flora originárias do ecossistema do Cerrado, ao exemplo de algumas árvores de pequi.

As hortas também são percebidas pelos moradores/as como um espaço de produção e de trabalho de acordo com a tipologia de ocupação e uso da terra. À motivação descrita para o cultivo das hortas, são articuladas às seguintes funções para estes espaços: 1) Como estratégia de subsistência alimentar, uma vez que parte do que é cultivado chega ao prato das famílias e significa uma importante ajuda na redução de custos com produtos alimentícios adquiridos nos supermercados; 2) Um espaço de produção, para a geração de trabalho e renda; 3) Como espaço de lazer, pois o acesso a outras atividades lúdicas nas

imediações é difícil (falta de recursos e de transporte) e as hortas podem significar um momento de lazer; 4) Destinadas à saúde física e mental, pelo combate ao sedentarismo e ao stress, o trabalho nas hortas ajuda a “movimentar o corpo”, a “não ficar parado dentro de casa” e/ou a “não pensar tristeza” (grifos nossos, referente aos depoimentos produzidos durante entrevistas); 5) Para o convívio social, dada a importância do convívio entre os e as moradoras, referindo-se que às vezes trocam produtos e sementes, conversam e, quando chega o período de colher os produtos, há almoços entre familiares e amigos; 6) A introdução de espaços verdes nas casas como um elemento de qualidade ambiental para a moradia; 7) Como forma de assegurar os espaços coletivos da comunidade, evitando que os mesmos sejam “invadidos” por outras pessoas. 8) Como garantia de ambientes saudáveis e limpos na comunidade.

Na ocupação existe um universo de práticas de produção do espaço da cidade, engendradas a partir de formas de sociabilidade e via a luta pelo direito à moradia e pelo cumprimento do princípio ontológico da função social da propriedade, expandindo seus sentidos e definições. A moradia aqui é entendida como um espaço de habitação, de vivência comunitária, de formação de subjetividades, que estabelece critérios coletivos de apropriação e utilização do território, e ainda um ponto de luta por direitos e por uma vida digna.

A organização da Comunidade Dandara, suas práticas e vivências comunitárias, trazem também benefícios para toda a cidade ao introduzirem no território, antes abandonado, valores ecossistêmicos e de produção agrícola, restituindo a terra de sua função social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MIRANDA, Isabella G. (2012). Ocupando Sonhos - a Comunidade Dandara e as ocupações organizadas de terras nas cidades: emancipação social e reforma urbana. Monografia (Conclusão de curso) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MIRANDA, Isabella Gonçalves; LUIZ, Juliana (2012). Cidade Dandara: a agricultura urbana e periurbana e suas interfaces com a questão da moradia. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana, UFMG, Belo Horizonte.

8. CRÉDITOS

- Autores da sistematização: Isabella Gonçalves Miranda e Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas.
- Colaboradores: moradores da Comunidade Dandara e Juliana Luiz, pesquisadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Instituição parceira: Brigadas Populares
- Fotografia: Isabella Gonçalves Miranda e Luara Colpa.

9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Documentário de Carlos Prozato (2013), “Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FQ4zbXaZHGY>
- Programa da TV Gerais, “Tecnologias das ocupações urbanas – parte 1”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r0bDczPcWaY>
- Site da Ocupação Dandara: <http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/>
- Página de Facebook da Ocupação Dandara: <https://www.facebook.com/comunidadedandara/?fref=ts>

10. GALERIA DE FOTOS



Foto 1: Desfile das mulheres de Dandara no evento Diversas: feminismo, arte e resistência.



Foto 2: Desfile das mulheres de Dandara no evento Diversas: feminismo, arte e resistência.



Foto 3: Desfile das mulheres de Dandara no evento Diversas: feminismo, arte e resistência.



Foto 4: Foto área da Comunidade Dandara.



Foto 5: Moradora da Comunidade Dandara.



Foto 6: Rua da Comunidade Dandara.



Foto 7: Moradoras da Comunidade Dandara com seus filhos.



Foto 8: Criança da Comunidade Dandara.



Foto 9: Rua da Comunidade Dandara.



Foto 10: Área de plantação da comunidade Dandara.



Foto 11: Igreja da Comunidade Dandara.



Foto 12: Crianças jogando bola na Comunidade Dandara.



Foto 13: Joviano Mayer, militante das Brigadas Populares, em assembléia na comunidade.



Foto 14: Muro de garrafas pet.



Foto 15: Liberdade Dandara. Morador da comunidade com bandeira e céu ao fundo.



Foto 16: Desocupação da Prefeitura de Belo Horizonte em 2013.